Metrópole

NOTÍCIA NO SEU TEMPO
Quer ficar bem informado de forma rápida e direta?
Acesse o PODCAST pelo QR CODE e confira as principais notícias do Brasil e do mundo.
OFERECIMENTO MITSUBISHI MOTORS
APOIO veloe ESTADÃO

Ambiente. Em documento obtido pelo **Estadão**, o Ministério do Meio Ambiente propõe que objetivo de redução de desmate e incêndio em 90% seja desconsiderado. Em troca, defende-se a garantia de preservação de uma área específica de 390 mil hectares de vegetação

Salles quer mudar a meta oficial de preservação ambiental da Amazônia

Mateus Vargas / BRASÍLIA

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, quer driblar a meta de reduzir a devastação ambiental no Brasil, em movimento rejeitado até dentro do governo, pelo Ministério da Economia. Em documento obtido pelo Estadão, a sua equipe propõe que o objetivo de diminuir o desmatamento e os incêndios ilegais em 90% em todo o País, previsto no Plano Plurianual (PPA) do governo até 2023, seja desconsiderado.

Em troca, defende-se a garantia de preservação de apenas uma área específica de 390 mil hectares de vegetação nativa na Amazônia por meio de um programa recém-criado, o Floresta+ Amazônia. Mas a proposta de Salles começou a ser questionada dentro do próprio governo. Na prática, a meta de quatro anos proposta por ele corresponde a aproximadamente um terço do que foi desmatado no bioma amazônico no período de julho de 2018 a agosto de 2019 – neste período de 12 meses, a destruição total da floresta chegou a 1 milhão de hectares, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A nova proposta ainda acaba com metas para os demais biomas brasileiros.

Ao negar o pedido classificado como "urgente" pela pasta de Salles, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, afirma que os parâmetros de preservação até podem ser alterados, mas aponta insuficiência na alternativa apresentada. "Tem-se que a meta proposta para o combate ao desmatamento e incêndio florestal no País objetiva proteger 0,07% da cobertura florestal amazônica com um projeto piloto de pagamento de serviços ambientais da floresta. Dessa maneira, acreditamos que o Programa Floresta+ é relevante, porém insuficiente", destaca nota técnica. O programa citado foi lançado recentemente e ainda está em fase embrionária.

CHICO FERREIRA/FUTURA PRESS-31/7/2020

Queimada. Argumento para trocar a meta de todos os biomas por um valor limitado é que o objetivo original seria amplo

● **Crítica**
"Poderia até diminuir um pouco. Mas o que eles estão propondo é absurdo."
Rodrigo Agostinho
DEPUTADO, EX- PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVE

A investida de Salles para reduzir meta de preservação ocorre no momento em que o governo Jair Bolsonaro é criticado por ambientalistas e cobrado por investidores para reagir ao avanço da devastação das florestas. O argumento da equipe do ministro para trocar a redução de 90% dos danos em todos os biomas por um valor absoluto e limitado à Amazônia é de que objetivo original seria amplo. A meta atual, no entanto, foi aprovada em dezembro de 2019 pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Absurdo. O objetivo que Salles deseja derrubar foi inserido no PPA por meio de emendas de parlamentares e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara. "Poderia até diminuir um pouco, porque o ministério não vai conseguir os 90%. Sequer há um plano de combate ao desmatamento. Mas o que eles estão propondo é absurdo", disse o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), presidente do colegiado até 2019. Para ele, o Programa Floresta+, além de inicial, tem pouca transparência. "Ninguém sabe como vai ser feito, quem vai receber o dinheiro, como vai ser nos anos seguintes, onde vai ser aplicado."

No ofício do Meio Ambiente, enviado em 10 de julho, o "número 2" de Salles, o secretário executivo Luís Gustavo Biagioni, afirma que não existem indicadores para "mensurar os resultados" em todo o País, o que torna impossível saber quanto seria necessário preservar para alcançar a meta. "Os dados anuais e oficiais de monitoramento do desmatamento existem somente para os biomas Amazônia e Cerrado", diz o documento obtido pelo **Estadão**. No ofício, a pasta afirma que "a qualificação do desmatamento entre ilegal e legal todavia não se encontra disponível".

Em 21 de julho, o pedido voltou à pasta de Salles com manifestação contrária da equipe econômica à mudança sugerida. "A meta ora proposta não é suficiente para a abrangência do programa", afirmou nota técnica da Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. O documento ainda aponta que a janela certa para discutir mudanças no PPA será aberta em meados de agosto e, mesmo com poder para mudar metas, a Economia teria de tomar a decisão de forma transparente, avisando o Congresso.

A equipe de Guedes também disse até concordar que o texto pode ser alterado, desde que a proposta seja mais abrangente. "Talvez seja o caso de se adotar meta mais abrangente e envolver outros órgãos no programa, transformando-o em multissetorial. Em suma, o desenho deste programa terá de ser discutido no processo de revisão do PPA 2020-2023, previsto para ocorrer a partir de meados de agosto de 2020", diz nota da Economia.

Para Mariana Mota, coordenadora de políticas públicas do Greenpeace, "nivelar por baixo" a meta de redução de desmatamento cria ainda mais constrangimentos internacionais ao Brasil". "As escolhas do governo só nos levam para o enfraquecimento da capacidade dos órgãos, estruturas e equipes responsáveis pela proteção e preservação do meio ambiente operarem no País."

Questionado sobre o pedido de mudança de objetivos de conservação de biomas, o Ministério do Meio Ambiente disse que "acordou com a Economia apenas o detalhamento e a transversalidade da meta". A pasta não explicou a razão da alteração e se há risco de o objetivo tornar-se muito limitado.

PONTOS-CHAVE

Fala em reunião sobre 'boiada' ampliou críticas

● **Sob pressão**
Desde o ano passado, a gestão Jair Bolsonaro é alvo de críticas pelo aumento nos registros de desmate e queimada na Região Amazônica.

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO-30/7/2020

● **Boiada**
Em reunião de ministros em 22 de abril, Salles disse que se deveria aproveitar a "oportunidade" da pandemia para passar a boiada e mudar a regra ambiental.

● **Sugestão**
Em documento obtido pelo 'Estadão', a equipe de Salles propõe que o objetivo de diminuir o desmatamento e os incêndios ilegais seja alterado.

ONGs vão ao Supremo para defender lei da Mata Atlântica

Na visão delas, o governo federal buscou ação no STF para enfraquecer as regras de proteção ao bioma já existentes

Organizações não governamentais apresentaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) posição pedindo a rejeição da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo governo federal, que, na visão delas, representa uma tentativa de enfraquecimento das regras de proteção da Mata Atlântica. Entre as organizações que assinam a posição estão a SOS Mata Atlântica, a WWF e o Instituto Socioambiental (ISA).

O governo federal entrou com a ADI no STF, visando a restringir os dispositivos da Lei da Mata Atlântica que exigem a recuperação ambiental de áreas ilegalmente desmatadas a partir de 1990. "O objetivo seria regularizar uma pequena parcela de áreas exploradas pelo setor agrícola, cujas atividades se iniciaram de forma ilícita. Se prosperar, a medida anistiará multas, acabará com embargos e impedirá o reflorestamento de regiões degradadas", declararam as ONGs.

As organizações dizem ainda que o pleito do governo federal "pode causar danos irreversíveis para o bioma". Elas apresentaram a manifestação como amicus curiae, instrumento que possibilita a participação da sociedade civil.

A gestão do presidente Jair Bolsonaro busca no STF restabelecer um despacho do Ministério do Meio Ambiente, que foi revogado após pressão da sociedade civil. "Querem transformar o STF em um consultor jurídico do governo, reduzi-lo a um carimbador do Ministério da Agricultura. O governo, que não teve força para fragilizar as regras de proteção ambiental, está pedindo para o Supremo concluir a tarefa", declarou em nota à imprensa Mario Mantovani, diretor de políticas públicas da SOS Mata Atlântica.

"A Mata Atlântica é o primeiro bioma brasileiro que conta com uma lei específica, uma espécie de camada especial de proteção, que precisa ser respeitada para que o bioma permaneça vivo", disse João de Deus Medeiros, biólogo, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenador Geral da Rede de ONGs da Mata Atlântica. / **MARCO ANTÔNIO CARVALHO**

PARA ENTENDER

Aplicação do Código Florestal

O ministro do Meio Ambiente informou no início de junho que estava acionando o STF. "É medida judicial da AGU para definir, de uma vez por todas, se aplica ou não as regras do Código Florestal na Mata Atlântica. Diante dessa ação, revogamos o despacho que acolhia o parecer vinculante, para aguardar a decisão no processo", escreveu.

O despacho invalidado por Salles reconhecia como consolidadas as áreas de preservação permanentes (APPs) desmatadas e ocupadas até julho de 2008 em propriedades rurais na Mata Atlântica. Na prática, o ato regularizava invasões feitas no bioma até esse período e, com isso, margens de rios e topos de morro devastados para a prática de agricultura e pecuária, por exemplo, não precisariam mais ser recuperados com vegetação nativa.

Queimadas varrem o Pantanal

José Maria Tomazela

As queimadas já devastaram mais de 1,2 milhão de hectares de vegetação nativa, nos dois últimos meses, no Pantanal, um dos principais ecossistemas brasileiros. De acordo com o Corpo de Bombeiros de dois Estados, foram queimados 815 mil hectares em Mato Grosso do Sul e 350 mil hectares no território coberto pelo bioma em Mato Grosso.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que o Pantanal teve 1.648 focos de incêndio em julho deste ano, o número mais alto desde 1998, quando a região passou a ser monitorada por satélite. O número é 3,4 vezes maior que em julho do ano passado, quando houve 494 queimadas.

Ontem cerca de 300 militares e civis, além de cinco aeronaves das Forças Armadas, continuavam o combate às chamas na região de Corumbá, em Mato Grosso do Sul. Um avião cargueiro Hércules, com capacidade para 12 mil litros de água, apoia a ação das equipes. No fim de semana, segundo relato dos moradores, uma chuva de fuligem cobriu a cidade. Conforme o meteorologista Natálio Abrão, da Estação Climatológica de Campo Grande, capital do Estado, a situação deve se agravar ante a previsão de mais 15 dias de seca. "A estiagem perdura há mais de 40 dias e o fogo atinge a raiz das plantas. Apaga por cima e depois reacende, pois o solo seco é arenoso e ácido."

Conforme o comandante dos bombeiros, tenente-coronel Huesley Silva, novos focos de incêndio surgiram na divisa com o Mato Grosso, nas imediações do Parque Nacional do Pantanal. No Estado vizinho, as chamas também são combatidas com apoio das Forças Armadas. Equipes embarcadas percorrem as populações ribeirinhas do Rio Paraguai orientando sobre as medidas a serem tomadas em caso de incêndio. Desde o mês passado, o uso de fogo para limpeza de áreas de lavouras e pastagens está proibido em todo o País.

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER PressReader.com +1 604 278 4604 COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW